



REVISTA
DE
**CULTURA
VISUAL**

e-ISSN 2184-1284

N.º 12 | 2023

A Influência da Emoção no Jornalismo Humanitário: A Perspetiva dos Fotojornalistas Portugueses na Ucrânia

The Influence of Emotion in Humanitarian Journalism: The
Perspective of Portuguese Photojournalists in Ukraine

<https://doi.org/10.21814/vista.4660>

e023009

Catarina Melo



Concetualização, investigação, metodologia, redação do rascunho original

Felisbela Lopes



Metodologia, redação - revisão e edição



© Autores

A Influência da Emoção no Jornalismo Humanitário: A Perspetiva dos Fotojornalistas Portugueses na Ucrânia

<https://doi.org/10.21814/vista.4660>

Vista N.º 12 | julho – dezembro 2023 | e023009

Submetido: 22/03/2023 | Revisto: 10/05/2023 | Aceite: 19/06/2023 | Publicado:
31/07/2023

Catarina Melo

<https://orcid.org/0009-0009-3297-5180>

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal

Concetualização, investigação, metodologia, redação do rascunho original

Felisbela Lopes

<https://orcid.org/0000-0001-9227-8998>

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal

Metodologia, redação – revisão e edição

Imersos num contexto de emergência social, o conceito de jornalismo humanitário (Bunce et al., 2019, 2022) reveste-se, na atualidade, de novos contornos que lhe conferem uma pertinência e vitalidade até agora negligenciadas. Neste artigo analisamos o seu significado, indagando a influência da emoção na construção da informação humanitária, o que fazemos através de um inquérito aplicado junto de um conjunto de 12 fotojornalistas portugueses, enviados à Ucrânia, nos primeiros meses do conflito, entre fevereiro e abril de 2022, e que, aquando do seu regresso, expuseram parte do seu trabalho na iniciativa *Diakuyu— Obrigado*, promovida pela Sociedade Portuguesa de Autores e pela associação cultural,

CC11. A exposição foi aberta ao público a 20 de maio na Galeria Carlos Paredes, com a curadoria de Alexandre Almeida, a partir de uma seleção de fotografias de Adriano Miranda, André Luís Alves, Daniel Rodrigues, Eduardo Leal, João Porfírio, Miguel A. Lopes, Miguel Manso, Nuno Veiga, Paulo Nunes dos Santos, Rui Caria, Rui Duarte Silva e Tiago Miranda. Partindo da premissa que a emoção desempenha um papel controverso e labiríntico no jornalismo, o estudo reflete a complexidade em torno do lugar que deverá assumir a emoção no contexto da reportagem jornalística, bem como a admissibilidade do fotojornalista reconhecer o seu ponto de vista perante a realidade observada.

Palavras-chave: emoção, fotografia, fotojornalismo, jornalismo humanitário, Ucrânia

The Influence of Emotion in Humanitarian Journalism: The Perspective of Portuguese Photojournalists in Ukraine

Immersed in a context of social emergency, the concept of humanitarian journalism (Bunce et al., 2019, 2022) currently takes on new contours that give it a hitherto neglected pertinence and vitality. This article examines humanitarian journalism's significance by exploring emotion's impact in constructing humanitarian information. Our investigation is based on a survey conducted with a group of 12 Portuguese photojournalists deployed to Ukraine in the first months of the conflict, between February and April 2022. After their return, they showcased part of their work in the initiative Diakuyu — Obrigado, promoted by the Sociedade Portuguesa de Autores and the cultural association CC11. The exhibition opened to the public on May 20 at Galeria Carlos Paredes, curated by Alexandre Almeida, with a selection of photographs by Adriano Miranda, André Luís Alves, Daniel Rodrigues, Eduardo Leal, João Porfírio, Miguel A. Lopes, Miguel Manso, Nuno Veiga, Paulo Nunes dos Santos, Rui Caria, Rui Duarte Silva and Tiago Miranda. The study examines the intricate and debatable role of emotion in journalism, focusing on the complexity of its position within journalistic reporting and whether photojournalists should be allowed to acknowledge their own perspectives in relation to the observed reality. The study reflects the complexity around the role that emotion should take in journalistic reporting and the admissibility of the photojournalist recognising their perspective before the observed reality.

Keywords: *emotion, photography, photojournalism, humanitarian journalism, Ukraine*

Introdução

A 24 de fevereiro de 2022, iniciou-se um conflito armado entre dois países historicamente entrelaçados: a Rússia e a Ucrânia. A “invasão da Ucrânia pela Rússia” ou, na versão oficial do governo russo, a “operação militar especial na Ucrânia”, deflagrou subitamente na Europa, atingindo um nível de intensidade com consequências ainda por delimitar. Considerando a geografia, a repen-

tinidade e a brutalidade dos eventos, assistimos a uma rápida mobilização das redações jornalísticas para reportar o que está a acontecer, gerando, também, um inevitável debate público (Mesquita, 2003). Apesar de o jornalismo humanitário não figurar como especialidade reconhecida e estabelecida na informação noticiosa, o presente estudo alicerça-se na discussão deste conceito desenvolvido por Bunce et al. (2019, 2022), no âmbito da cobertura jornalística do conflito armado entre Rússia e Ucrânia, prestando-se particular atenção à fotografia. Pretende-se ponderar a influência que aí tem a emoção, sobretudo em contexto de veiculação da informação humanitária. Fazemos isso através da realização de um inquérito a um conjunto de fotojornalistas portugueses enviados à Ucrânia nos primeiros meses do conflito e que, aquando do seu regresso, expuseram parte do seu trabalho na iniciativa *Diakuyu*, promovida pela Sociedade Portuguesa de Autores e a associação cultural, CC11.

O Conceito de Jornalismo Humanitário

Ao longo dos últimos 30 anos, foram diversos os movimentos jornalísticos que consideraram a importância dos média se centrarem na proximidade social, na causa humana e na defesa dos seus direitos. Pensemos no jornalismo de desenvolvimento, conceito difundido pela primeira vez na década de 60, para definir uma visão do jornalismo segundo a qual “a reportagem dos eventos de importância nacional e internacional deveria ser construtiva, no sentido de contribuir positivamente para o desenvolvimento de determinado país” (Kunczik, 2022, p. 131). Ou lembremos o jornalismo de paz, fundado nos anos 70 pelo sociólogo norueguês Johan Galtung, assente na premissa de resgatar o *porquê?* nas notícias sobre guerras e conflitos, encorajando uma “atuação mais ampla, justa e apurada de contar histórias, promovendo a análise, o entendimento e a transformação dos conflitos” (McGoldrick & Lynch, 2000, p. 3). O próprio jornalismo público, originário nos Estados Unidos da América, nos anos 80, que “representou um momento decisivo na emergência de um novo movimento do jornalismo” (Traquina & Mesquita, 2003, p. 10), também ele defendeu um papel mais ativo e interventivo dos média para melhorar a qualidade de vida da comunidade. Ainda de referir o jornalismo de direitos humanos, corrente defendida, por exemplo, pelo investigador Ibrahim Seaga Shaw (2012), que o apresenta como “uma alternativa radical ao jornalismo convencional”, assumindo “uma abordagem proactiva, ao priorizar a desconstrução da violência indireta estrutural e cultural como forma de prevenir ou minimizar a incidência de políticas de violência” (p. 14). Descrição que o aproxima do jornalismo de causas — conceito possível, contudo, controverso e arriscado, tendo em linha de conta os princípios do ofício. Como sintetiza o jornalista e investigador Adelino Gomes, citado por Fernandes (2007), “fazer jornalismo de causas é seguir no fio da navalha da deontologia” (p. 13).

Será neste seguimento que, amparado por um contexto de emergência global, desponta o conceito de jornalismo humanitário, nuclear no presente artigo. Não

constituindo uma temática inovadora, e sendo frequente a designação de notícias humanitárias, na verdade, o conceito em si é surpreendentemente desafiante de definir, uma vez que os conceitos-chave — “humanitário” e “jornalismo” — são discutíveis, tendo ambos evoluído ao longo do tempo, entre culturas e organizações (Bunce et al., 2019, p. 4). Conscientes do debate e da desarmonia gerada pelo conceito, Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright, grupo de investigadores sediados no Reino Unido, têm vindo a desenvolver desde 2015 uma apurada investigação em torno da produção, do conteúdo e do financiamento das notícias humanitárias, com o objetivo de promoverem um melhor entendimento sobre o tema e contribuírem para a sua relevância. Assim, de acordo com os investigadores, o jornalismo humanitário define-se, num primeiro nível, como sendo “a produção e a distribuição de relatos factuais, relativos a crises, eventos e outros temas relacionados com o bem-estar ou sofrimento humano” (Bunce et al., 2019, p. 5). Todavia, propõem também uma leitura alternativa do conceito — configurando o jornalismo humanitário como “um ato de comunicação que visa aliviar o sofrimento e melhorar o bem-estar do ser humano” (Bunce et al., 2019, p. 5). Nesta abordagem, sugere-se que o jornalista atue de forma interventiva e intencional, aproximando-o do designado *advocacy journalism* (jornalismo interventivo, numa tradução aproximada). Naturalmente que esta proposta do conceito polariza posições: de um lado os que consideram determinante a neutralidade e a objetividade do jornalismo, crendo inadmissível este assumir uma agenda ou posição; do outro lado os que que advogam ser uma utopia a objetividade no jornalismo tradicional, defendendo, como critérios fundamentais, uma “conduta transparente e factual” (Bunce et al., 2019, p. 5). Num exercício recente de atualização do conceito, o mesmo grupo de investigadores argumenta que, na atualidade, a questão mais premente em torno do jornalismo humanitário situa-se na análise da sua relação com a política e a influência do poder — no âmbito do largo espectro da governação a uma escala global — e no conteúdo, produção e receção de notícias humanitárias (Bunce et al., 2022).

Sugere-se, assim, a definição destes autores como ponto de partida para a reflexão do contributo da imagem fotográfica no contexto do jornalismo humanitário, perscrutando a eventual influência que a emoção desempenha na atividade do fotojornalista, através da análise dos dados recolhidos junto dos primeiros profissionais portugueses enviados à Ucrânia, em contexto de reportagem fotográfica.

Fotojornalismo — A Fotografia ao Serviço da Informação

“A história do fotojornalismo é de tensões e ruturas, (. . .) uma história de oposições entre a busca da objetividade e a assunção da subjetividade e do ponto de vista” (Sousa, 1998, p. 8).

A fotografia, como lembra o investigador Jorge Pedro Sousa (2004), terá sido adotada pela imprensa num primeiro momento, devido à sua origem positivista,

sendo considerada “o registo visual da verdade” (p. 9).

Podemos situar em 1842 as primeiras manifestações da existência de um designado fotojornalismo, com “os entusiastas da fotografia a apontarem a câmara para um acontecimento, tendo em vista chegar essa imagem a um público, com intenção testemunhal” (Sousa, 1998, p. 27). Assim, será a Guerra na Crimeia, entre 1854 e 1855, o seu berço. Roger Fenton, enviado à Crimeia pelo editor britânico Thomas Agnew, de acordo com Marie-Loup Sougez, citada por Sousa (1998), “foi o primeiro repórter fotográfico da História” (p. 27), muito embora se tenha atribuído a James Robertson a autoria das fotografias da queda de Sebastopol, mostrando os primeiros mortos em combate. Na verdade, as fotografias de Fenton serão para sempre lembradas pela ausência da dureza e pela pose dos soldados, longe da linha da frente.

A simbiose entre fotojornalismo e guerra é evidente no curso do tempo. Tema sedutor, gráfico, visual e simbolicamente impactante, embelezado pela aura da coragem, da justeza e da audácia. Sendo a fotografia considerada prova e testemunho do real, entender-se-á a sua preponderância no acompanhamento dos temas bélicos, precisamente porque a fotografia no jornalismo assume a função de “contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer pontos de vista” (Sousa, 2004, p. 12). Será esta última incumbência — marcar pontos de vista — que acompanha a leitura reflexiva da filósofa e ensaísta Susan Sontag (1977/2012), que qualifica a fotografia como um elemento educativo do nosso olhar, defendendo que, “ao ensinar-nos um novo código visual, as fotografias transformam e ampliam as nossas noções do que vale a pena olhar e do que pode ser fotografado. São uma gramática e, mais importante ainda, uma ética de visão” (p. 11).

Contudo, a autoridade com que se reveste a fotografia, conferida pela sua presunção de veracidade, deverá ser perspectivada tendo em linha de conta o papel, pessoal e eminentemente condicionado por imperativos de consciência, entre outros, do fotojornalista. Como atesta Sontag (1977/2012), “num mundo dominado pelas imagens fotográficas, qualquer limite (enquadramento) parece arbitrário. Tudo pode tornar-se descontínuo, tudo pode separar-se de tudo: basta enquadrar o assunto de modo diferente” (p. 31).

Será também à luz dos pressupostos descritos que a análise à amostra em estudo se suportará, não negligenciando perspectivas e convidando a novas leituras — possíveis e desejáveis.

O Lugar da Emoção na Informação Humanitária

Falar de emoção no jornalismo é abrir portas para a habitual discussão sobre o controverso ideal da objetividade jornalística, sabendo-se que o advento do conceito aplicado ao trabalho jornalístico surge associado a uma ideia de garantia de “independência, isenção e exatidão” (Martins, 2005, p. 144).

Revela-se manifestamente árdua a tarefa de incentivar a classe profissional a repensar os seus contornos. Critério consagrado (ainda que indiretamente) nas linhas editoriais dos órgãos de comunicação social, a objetividade é encarada pela maioria como um caminho para a verdade (Amaral, 1996). Contudo, ao longo do tempo, um número crescente de académicos e profissionais insistem na inevitabilidade de se assumir a existência de um determinado olhar subjetivo do jornalista perante o que lhe compete relatar, defendendo que no mundo do jornalismo, à semelhança do que ocorre com o conhecimento científico, os factos não se dissociam de quem os apreende (Mesquita, 2003). Negligenciar a discussão em torno da subjetividade não fará adormecer a tese que argumenta que “os conceitos de verdade e objetividade são questionáveis (. . .) verificada que foi a decisiva e irreparável influência do observador e dos instrumentos de observação dos fenómenos observados” (Pina, 2000, p. 88).

Como assegura o neurocientista português António Damásio (2020), comprometido com o estudo do cérebro e das emoções humanas,

embora a história das culturas e até a história da ciência tenham feito com que o papel dos sentimentos parecesse não apenas misterioso como impossível de compreender, a resposta é óbvia: os sentimentos assistem a gestão a vida. Mais concretamente os sentimentos servem de sentinelas. Informam a mente (. . .) e vão mais longe: os sentimentos incentivam a mente a reagir em conformidade com as informações que fornecem. (p. 141)

Dir-se-á que os sentimentos (e as emoções) são parte indissolúvel do ser humano, elemento constitutivo da tomada de decisão dos sujeitos, motivo pelo qual o debate em torno da sua influência no âmbito do contexto jornalístico se comprova crucial, assumindo ainda uma maior preponderância e urgência, se em causa está o tratamento de questões de índole humanitária.

Demonstrando-se incompreensível desmerecer-se a contribuição da emoção no processo jornalístico, e em todos os outros, irrompem na atualidade, ainda que de forma discreta, estudos em torno da problemática. Observando-os, salientam-se duas dimensões: (a) o papel da emoção na relação entre o público e o conteúdo jornalístico; (b) a forma como a emoção é percecionada e manipulada pelos próprios jornalistas no processo jornalístico (Gadret, 2016). Legitimar o jornalismo renunciando a interferência da emoção não se afigura possível. Atente-se à investigação de Wahl-Jorgensen (2013) que, a partir do estudo de reportagens vencedoras do Pulitzer, demonstrou que o discurso noticioso trabalha com rituais estratégicos de emocionalidade, com o objetivo de captar a atenção da audiência. Por fim, considerando a ironia e a controvérsia do conceito, evoquemos o filósofo e teórico da comunicação Marshall McLuhan, quando concluiu que “a discussão sobre a objetividade não é mais do que uma discussão de subjetividades” (Pina, 2000, p. 88).

Metodologia

De forma a discutir o conceito de jornalismo humanitário, procedeu-se, num primeiro momento, à técnica documental de pesquisa e à análise crítica da literatura, sintetizando propostas de investigações de referência. No estudo empírico, promovemos um inquérito por questionário junto de um conjunto de fotojornalistas portugueses a fim de perceber a influência da emoção no âmbito do jornalismo humanitário. Esta recolha de dados através de uma abordagem quantitativa tem inerente a si o propósito de analisar “factos e fenómenos observáveis e na medição/avaliação em variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo de investigação” (Coutinho, 2002, p. 26). No que concerne à sua estrutura, referir que as questões foram organizadas tendo em atenção quatro dimensões: (a) o perfil do fotojornalista; (b) o seu entendimento quanto à pertinência do designado jornalismo humanitário; (c) a sua perceção quanto à influência exercida pela emoção no desempenho das suas funções; (d) a sua compreensão relativamente ao papel e à conduta do fotojornalista.

Estas dimensões têm subjacentes quatro hipóteses iniciais: (a) a cobertura jornalística de âmbito humanitário reclama formação específica; (b) o jornalismo em cenário de catástrofe exige determinadas competências jornalísticas; (c) a emoção influencia o fotojornalista no ato de fotografar; e (d) a fotografia é um valor absoluto no trabalho do jornalista.

Aplicamos este instrumento a uma amostra não-probabilística, baseada em casos típicos, escolhendo assim um segmento da população de acordo com critérios predefinidos. Por se julgar não somente conveniente, mas também representativo, definiu-se como amostra os fotojornalistas portugueses que, ao serviço de meios de comunicação social nacionais, foram enviados em reportagem à Ucrânia nos primeiros meses do conflito, e que, aquando do seu regresso, expuseram parte do seu trabalho na iniciativa solidária *Diakuyu — Obrigado*, promovida pela Sociedade Portuguesa de Autores e pela associação cultural, CC11. Refira-se que em análise está a imagem fotográfica e não a imagem em movimento.

Desenvolvido com recurso à plataforma Google Forms, o inquérito foi aplicado por administração direta (Quivy & Campenhoudt, 1995/2005, pp. 188–190), tendo sido obtidos 11 inquéritos válidos, dos 12 possíveis. Os resultados foram tratados com recurso à análise estatística descritiva. Recordando Black (como citado em Coutinho, 2022), “a função da análise estatística é transformar os dados em informação” (p. 151), motivo pelo qual se fará uso dos seus métodos de forma a “obter uma primeira leitura capaz de dar uma ideia acerca da dispersão, forma e estrutura da distribuição” (Coutinho, 2022, p. 132).

Discussão de Resultados

A designada “guerra na Ucrânia” tem promovido alterações observáveis no âmbito do jornalismo. Se outrora temáticas de índole humanitária não assumiam

destaque nos média em Portugal, salvo justificadas exceções, na atualidade é muito visível o empenho dos meios de comunicação social em reportar exaustivamente o conflito e a sua dimensão humana. Refira-se que o conflito armado entre Rússia e Ucrânia se reveste de características que cumprem os critérios de noticiabilidade tradicionais outrora elencados por Traquina. A geografia do acontecimento, a imprevisibilidade do seu surgimento e a brutalidade, contínua e persistente, manifestada na totalidade dos atos, assumem-se como fatores determinantes que conferem ao evento estatuto permanente de notícia. É, afinal, uma guerra na Europa — onde vivemos. Motivo pelo qual se crê que as alterações que testemunhamos não devem ser entendidas como definitivas ou estruturais, mas antes necessárias e enquadradas à realidade dos dias.

A partir de 24 de fevereiro de 2022, data do início da invasão da Ucrânia, vários meios de comunicação social nacionais orientaram recursos — humanos e financeiros — para uma intensa cobertura jornalística. Se nos últimos anos eram enviados jornalistas para cenários de guerra, ou catástrofe humana com parcimónia e resistência, desta vez, mesmo atravessando uma situação de crise financeira, algumas redações fizeram um esforço assinalável para cobrir o que se passava em terreno ucraniano e nos países vizinhos. Neste contexto, torna-se relevante estudar a opinião de um grupo de profissionais que, por inerência das suas funções, testemunharam e reportaram, nos meses iniciais do conflito (fevereiro e março de 2022), o que se passava na Ucrânia.

No inquérito realizado, procurou-se apurar primeiramente o perfil dos fotojornalistas, com o propósito de se observar a sua experiência/inexperiência na cobertura de temas de âmbito humanitário e a sua opinião quanto à importância de uma preparação para o efeito. De assinalar que 45,5% assumiram fazer este tipo de cobertura jornalística *frequentemente*; 36,4% *muito frequentemente* e 18,2% *raramente*. No que à formação especializada em temáticas humanitárias diz respeito, o resultado é expressivo: 63,6% consideram ser *necessária* contra 36,4% que a consideram uma *mais-valia, mas não necessária*. Dos respondentes, 54,5% afirmaram ter já realizado um curso de preparação para cenários de guerra.

Constata-se, por isso, à partida, que foram escolhidos profissionais que, de alguma forma, nomeadamente pelo facto de terem frequentado cursos específicos de preparação, revelavam aptidões para fazer jornalismo em cenário de catástrofe. Os próprios profissionais sublinham a importância de uma formação específica. Lembremos que as temáticas de âmbito humanitário devem exigir da parte do profissional — jornalista ou repórter de imagem — não só conhecimento de protocolo de segurança, como também agilidade e suporte emocional, bem como uma profunda visão ética do ofício.

Ainda que não assumido formalmente, o jornalismo humanitário enquanto especialidade do ofício que se revela mais competente para reportar acontecimentos de catástrofe foi também orientador do nosso questionário. Quando interrogados como avaliam o eventual investimento na especialidade de jornalismo humanitário, 54,5% consideram-no *fundamental*; 36,4%, *necessário* e 9,1%, *desnecessário*.

Considerando a crueldade e a dureza dos cenários de emergência humanitária, quisemos saber se a emoção influencia o fotojornalista no ato de fotografar. No que à influência *per se* diz respeito, a maioria dos inquiridos considerou que, com gradações diferentes, esta se manifesta no ato de fotografar. Não existindo qualquer profissional a afirmar que *nunca* influencia o seu exercício de funções. Contudo, é na atribuição de valor, se esta beneficia ou prejudica o fotojornalista, que os inquiridos mais dispersam a sua resposta.

Apesar de nenhum dos inquiridos considerar que *nunca* a emoção beneficia o seu desempenho, observa-se uma distribuição da amostra disforme. Uma percentagem de 36,4% afirma que a emoção beneficia frequentemente o fotojornalista; 27,3% vão mais longe ao defender ser muito frequentemente uma influência positiva; 36,4% asseguram que esta raramente é benéfica.

Sobre o eventual carácter prejudicial da emoção, a tendência é a mesma. Apesar da maioria assegurar que *muito frequentemente e frequentemente* a emoção é prejudicial, 36,4% dos inquiridos assumem que só *raramente* a emoção tem um efeito negativo.

A maioria dos inquiridos constata a influência da emoção durante o ato de fotografar. Contudo, esta manifesta-se de forma singular em cada indivíduo, conferindo em cada caso uma experiência diferente. A exigência implícita na reportagem realizada em contexto de conflito, catástrofe, ou qualquer outra situação pertencente ao espectro da emergência humanitária, provem da incontornável necessidade de se contactar com o sofrimento humano. Não raras vezes, os profissionais testemunham violações aos direitos humanos, atos de injustiça crua, de penúria, tormenta e indignidade. Assim, questionaram-se os participantes do inquérito sobre se, nessas circunstâncias, se deve cumprir o princípio de imparcialidade: 54,55% dos inquiridos responderam inequivocamente que sim, acrescentando justificações assim: “para divulgar o problema e mostrar a notícia, o fotojornalista tem que ser imparcial, se não o problema nunca será divulgado conforme ele realmente é. Principalmente hoje, que há cada vez mais *fake news*” (Participante número 2, dezembro, 2022); “o jornalista deve ser sempre imparcial, procurando relatar a realidade de cada situação. Seja ela qual for” (Participante número 3, dezembro, 2022).

No entanto, 45,45% manifestam menos certezas, refletindo sobre a problemática nestes termos:

um jornalista deve fazer um esforço para ponderar os temas de forma imparcial, mas, no momento do relato, a imparcialidade deixa de ser um dever absoluto. Existem temáticas e contextos em que um jornalista não deve abster-se de tomar partido. Não quer isto dizer que, nessas situações, se deixe de ter a verdade como objetivo último. Independentemente de qual dos lados essa verdade possa beneficiar ou prejudicar. (Participante número 4, dezembro, 2022)

“*Fog of war*, na realidade é difícil não escolher um lado quando se trabalha perto da batalha. Olhemos Hemingway” (Participante número 5, dezembro, 2022).

Na fotografia, prefiro a palavra verdade em vez de imparcialidade. Penso que a imparcialidade no fotojornalismo não existe. A escolha do enquadramento da fotografia já está a ser pessoal, condicionando quem a vai ver. No fundo, quem vê uma fotografia está a ver uma visão do fotojornalista. O que considero é que a fotografia tem de mostrar a verdade. (Participante número 7, dezembro, 2022)

O entendimento sobre os limites da subjetividade e a legitimidade do caráter interventivo do fotojornalista não são óbvios — como, de resto, sugerem as discussões em torno da controvérsia objetividade/subjetividade. O profissional, no momento de reportar, terá inevitavelmente de decidir o que *mostrar*. Qualquer tomada de decisão sugere a influência de variáveis e predicados pessoais. Já Sontag, no ensaio publicado pela primeira vez em 1986, refletia sobre a inevitável escolha do enquadramento e as repercussões, leituras, que essa escolha teria perante o observador.

Menos controversa figura-se a determinação da existência de limites e critérios quando se fotografa o sofrimento humano. Para 72,72% dos participantes no estudo, há limites a ter em conta. A título exemplificativo, mencionem-se os seguintes: “o critério será sempre o da denúncia e não o da exploração. Os limites estão, por vezes, na identificação das pessoas” (Participante número 1, dezembro, 2022).

O choque visual é, por vezes, importante para forçar a audiência a refletir sobre o tema fotografado. No entanto, quando se trata de imagens de vítimas, é necessário fazer uma avaliação se o que se mostra põe em causa a dignidade do sujeito que se está a fotografar. (Participante número 6, dezembro, 2022)

“Ter respeito pelo outro, não explorar o sofrimento das pessoas ou tirar-lhes a dignidade” (Participante número 10, dezembro, 2022).

Mesmo havendo 27,28% que admitem não existir limites, há quem aponte reservas e ponderáveis: “à partida, tendo em conta a necessidade de relatar esse sofrimento, não existem limites. Contudo, não deverá esta regra ser estanque e cada caso é um caso” (Participante número 4, dezembro, 2022).

“Não há limites se queremos informar, mas devemos saber: porque, como e para quê? Nunca pode ser gratuito o que se mostra” (Participante número 5, dezembro, 2022).

Na minha opinião o fotojornalista deve perguntar a si mesmo se a fotografia em si vai realmente mudar alguma coisa ou não. Se não ajudar, penso que deve haver um limite. Caso ajude, penso que esse limite pode ser ultrapassado. (Participante número 2, dezembro, 2022)

O impacto que a fotografia assume no jornalismo humanitário deve-se precisamente ao facto de, através dela e da sua utilização como prova, se acreditar ser possível denunciar, despertar consciências e iluminar atrocidades, até então

ocorridas na penumbra. Contudo, como é sugerido por parte dos inquiridos, deverá imperar a ponderação, o bom senso, o juízo crítico e a ética, atributos intimamente relacionados com o homem *por trás* do profissional.

Ainda no que concerne às imagens que mostram o horror, deverá ter-se em linha de conta a urgência da discussão sobre a capacidade de estas efetivamente suscitarem *sentimentos* e *ações* em quem as vê. Para Sontag (1977/2012), ensaísta que dedicou parte da vida a cogitar sobre a fotografia e sobre o sofrimento humano, “uma coisa é sofrer, outra é viver com as imagens fotográficas do sofrimento, que não reforçam necessariamente a consciência e a capacidade de compaixão. Também podem corrompê-las (. . .). As imagens anestésiam” (p. 28). A autora refere ainda que “o impacto provocado pelas fotografias de atrocidades vai diminuindo com sucessivas observações, tal como a surpresa e a estupefação sentidas ao ver pela primeira vez um filme pornográfico vão desaparecendo depois de termos visto mais alguns” (p. 29). Entendimento também escrutinado no conceito *fadiga por compaixão* (Moeller, 1999). Ainda sobre o efeito ou repercussão da publicação de imagens sofridas, nota para realçar que o momento/contexto/local em que são publicadas também são elementos fundamentais. Até porque “uma fotografia que nos informa sobre situações insuspeitas de miséria não pode ter impacto na opinião pública se não encontrar um contexto de sentimento e atitudes propícios” (Sontag, 1977/2012, p. 25). Vemos imagens de morte, dor, miséria e sofrimento regularmente, porém, só algumas dessas imagens adquirem um estatuto diferenciador. Apenas algumas passam a ser utilizadas pelos meios de comunicação social como símbolos. Lembremos a imagem do cadáver de Aylan Kuri, de dois anos, tombado na praia, na margem do mar Egeu, depois do barco que o acolhia, juntamente com a mãe e o irmão, ter naufragado a caminho da Grécia. A imagem que gerou choque e indignação na comunidade internacional foi repetida incansavelmente pelos meios de comunicação social e tornou-se símbolo da crise dos migrantes sírios. Este enfoque não acontece aleatoriamente, até porque “é provável que, sem o contexto político, as fotografias das carnificinas da história fossem apenas sentidas como irreais” (Sontag, 1977/2012, p. 27).

Por fim, foi solicitado aos participantes que ponderassem a plausibilidade de decidirem a favor de uma fotografia ao invés de auxiliarem uma vida humana.

A maioria dos fotojornalistas inquiridos assumiu dar prioridade à vida humana, justificando: “a vida humana é primordial. Um fotojornalista nunca deve optar pelo contrário” (Participante número 1, dezembro, 2022).

Fotógrafos e jornalistas não deixam de ser seres humanos quando estão a trabalhar. Deparando-se com uma situação em que a vida de outrem pode depender unicamente de uma intervenção do fotógrafo/jornalista, existe uma obrigação moral de agir para salvar uma vida. (Participante número 6, dezembro, 2022)

“Uma fotografia nunca vale uma vida” (Participante número 9, dezembro, 2022).

Dos participantes, 36,4% consideram admissível decidirem-se pela captura da

fotografia, lembrando-nos do que já Sontag (1977/2012) sentenciara: “fotografar é essencialmente um ato de não intervenção (. . .) que resulta da consciência do ponto em que se tornou plausível, em situações que o fotógrafo pode optar entre uma fotografia e uma vida, decidir-se pela fotografia” (p. 20). Para estes inquiridos, é desejável o distanciamento para com o objeto fotografado, de forma a cumprirem as suas funções.

A sociedade tem de entender que o nosso trabalho é a nossa maneira de ajudar. É fotografar e mostrar ao mundo os problemas existentes. Não somos médicos, não somos enfermeiros. Às vezes, optar pela fotografia, pode salvar milhões de pessoas. Se não tirar aquela fotografia e salvar uma vida, podemos não estar a salvar milhões. Para isso, o jornalismo tem que ser imparcial e principalmente frio. Não é fácil, mas é necessário. (Participante número 2, dezembro, 2022)

Tendo em conta as hipóteses inicialmente desenhadas, estamos agora em condições de confirmar a primeira e a segunda (“a cobertura jornalística de âmbito humanitário reclama formação específica” e “o jornalismo em cenário de catástrofe exige determinadas competências jornalísticas”), colocar alguns matizes em relação à terceira (“a emoção influencia o fotojornalista no ato de fotografar”) e infirmar a quarta (“a fotografia é um valor absoluto no trabalho do jornalista”).

Conclusões

O jornalismo humanitário procura empenhar-se em reportar com rigor e proximidade os atropelos e flagelos humanitários e, nessa transmissão da informação humanitária, a fotografia surge como elemento nuclear. Sendo notada pelas suas características positivistas, que lhe conferem estatuto testemunhal e servem como prova dos acontecimentos, a fotografia assume-se como um veículo primordial na difusão daquela que será sempre informação sensível e espinhosa. Considerando os resultados obtidos no estudo empírico, infere-se que, não sendo evidente para os inquiridos o preconizado pelo jornalismo humanitário, há um certo consenso em torno da influência da emoção no ato de fotografar, apesar das divergências registadas quanto ao grau da sua intensidade. O estudo confirma a complexidade em torno do *lugar* que deverá assumir a emoção no contexto de reportagem jornalística, bem como a eventual possibilidade do fotojornalista admitir o seu ponto de vista perante a realidade observada.

Sendo o jornalismo permeável às mudanças sociais, políticas, económicas, culturais e tecnológicas, sugere-se que, dentro do seu quadro de valores, o ofício se adapte à sociedade e desempenhe um papel ativo de interesse público, orientando recursos humanos e financeiros para a efetiva investigação e divulgação de temas humanitários, ainda que se atravesse hoje uma época de profunda crise. Encoraja-se ainda que a classe profissional promova um renovado debate sobre a licitude do olhar subjetivo, pessoal e intransmissível dos seus profissionais ser

vertido nos conteúdos produzidos.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Notas Biográficas

Catarina Melo é gestora de comunicação na Fundação Fernando Pessoa, doutoranda em ciências da comunicação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora convidada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. É licenciada e mestre em ciências da comunicação, especialidade em informação e jornalismo, pela Universidade Fernando Pessoa, Porto.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3297-5180>

Email: acmelo@ufp.edu.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Gualtar, Braga, Portugal

Felisbela Lopes é professora da Universidade do Minho, onde é diretora do doutoramento e do Departamento de Ciências de Comunicação. Na universidade, foi também pró-reitora para a área da comunicação. Em 2003, foi coordenadora do *Livro Branco do Serviço Público de Médias*, em 2021, integrou uma equipa de especialistas responsável pelos planos de desconfinamento do país, durante a pandemia da COVID-19. É especialista e investigadora coordenadora no campo da informação televisiva, da comunicação/jornalismo da saúde e das fontes de informação. É autora de mais de uma centena de artigos científicos e livros, incluindo *A COVID-19 em Portugal: A Estratégia* (UMinho Editora, 2022); *Marcelo, Presidente Todos os Dias* (Porto Editora, 2019); *Jornalista: Uma Profissão Ameaçada* (Alêtheia, 2015); *Vinte Anos de TV Privada em Portugal* (Editora Guerra e Paz, 2012); *A TV do Real* (Minerva, 2008); *A TV das Elites* (Campo das Letras, 2007); *Telejornal e o Serviço Público* (Minerva, 1999).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9227-8998>

Email: felisbela@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Gualtar, Braga, Portugal

Referências

- Amaral, L. (1996). *A objetividade jornalística*. Luzzato Editores.
- Bunce, M., Scott, M., & Wright, K. (2019). *Humanitarian journalism*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.821>
- Bunce, M., Scott, M., & Wright, K. (2022). *Humanitarian journalists covering crises from a boundary zone*. Routledge.
- Coutinho, C. (2022). *Metodologias de investigação em ciências humanas: Teoria e prática*. Almedina.
- Damáσιο, A. (2020). *Sentir & saber*. Círculo de Leitores.
- Fernandes, S. (2007). *O jornalismo de causas: O ambiente como análise de conteúdo*. Instituto Politécnico de Tomar.
- Gadret, D. T. de O. L. (2016). *A emoção na reportagem de televisão: Asqualidades estéticas e a organização do enquadramento* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume. <http://hdl.handle.net/10183/143019>
- Kunczik, M. (2002). *Conceitos de jornalismo: Norte e sul — Manual de comunicação*. EDUSP.
- Martins, C. (2005). A objetividade como “dever referencial” dos jornalistas. *Caleidoscópio*, (5/6), 143–155. <http://hdl.handle.net/10437/2606>
- McGoldrick, A., & Lynch, J. (2000). *Peace journalism: What is it? How to do it*. Report the World.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco - O poder dos média na sociedade contemporânea*. Editora Minerva.
- Moeller, S. (1999). *Compassion fatigue: How the media sell disease, famine, war*. Routledge.
- Pina, S. (2000). *A deontologia dos jornalistas portugueses*. Editora Minerva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, V. L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.). Gradiva. (Trabalho original publicado em 1995)
- Shaw, I. S. (2012). *Human rights journalism: Advances in reporting distant humanitarian interventions*. Palgrave Mcmillan.
- Sontag, S. (2012). *Ensaio sobre fotografia* (J. A. Furtado, Trad.). Quetzal. (Trabalho original publicado em 1977)
- Sousa, P. J. (1998). *Uma história crítica ao fotojornalismo ocidental*. Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, P. J. (2004). *Fotojornalismo. Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Letras Contemporâneas.

Traquina, N., & Mesquita, M. (2003). *Jornalismo cívico*. Livros Horizonte.

Wahl-Jorgensen, K. (2013). The strategic ritual of emotionality: A case study of Pulitzer prize-winning articles. *Journalism*, *14*(1), 129–145. <https://doi.org/10.1177/1464884912448918>

Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.